

Quadro Definitivo de Respostas

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1) (FGV - 2022 - PC-AM - Delegado de Polícia) 321 *Vestuário Ltda.*, atuante no comércio varejista de roupas, sonegou o Imposto Estadual sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS), omitindo dolosamente do Fisco Estadual suas operações comerciais com o fim de evitar o pagamento do tributo devido. Diante desse cenário, o Fisco Estadual, a fim de poder cobrar administrativamente tais valores, terá necessariamente de realizar

- um lançamento por declaração.
- um lançamento de ofício.
- um lançamento por homologação.
- uma notificação prévia ao lançamento para comparecimento do sujeito passivo perante autoridade fiscal estadual.
- uma notificação prévia ao lançamento à autoridade policial acerca dos indícios de crime de sonegação fiscal.

2) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - Defensor Público Substituto) Em conformidade com o Código Tributário Nacional e as normas de direito civil aplicáveis, assinale a opção correta, relativa à capacidade tributária passiva.

- A capacidade tributária passiva de pessoas jurídicas depende de que elas estejam regularmente constituídas.
- A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende da sua capacidade civil.
- A capacidade tributária passiva de pessoas jurídicas depende de que elas configurem uma unidade econômica ou profissional.
- A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende de que elas estejam sujeitas

a medidas que importem privação do exercício de atividades civis.

- A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende de que elas estejam sujeitas a medidas que importem limitação ao exercício de atividades profissionais.

3) (IDECAN - 2021 - Prefeitura de Campina Grande - PB - Fiscal de Tributos Municipais - ADAPTADA)

Analise as afirmativas abaixo sobre as formas de suspensão e extinção do crédito tributário:

I. A moratória pode ser concedida em caráter geral ou individual.

II. O parcelamento implica na suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

III. É possível a extinção do crédito tributário, dentre outras formas, pela transação.

- se somente a afirmativa I estiver correta.
- se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- se todas as afirmativas estiverem corretas.
- se todas as afirmativas estiverem incorretas.

4) (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO DO TER/MT-2009) O tributo que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte é denominado

- taxa de publicidade.
- taxa de iluminação pública.
- contribuição de melhoria.
- imposto.
- preço público.

5) (IBAM - 2020 - Prefeitura de Santos - SP - Auditor Fiscal de Tributos Municipais - ADAPTADA) A propósito das regras de aplicação, interpretação e integração da legislação tributária constantes do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- Utilizam-se os princípios gerais de direito privado para pesquisa da definição do conteúdo dos seus institutos e dos respectivos efeitos tributários, mesmo quando não são utilizados para definir competência tributária.
- O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- Estão corretas todas as afirmativas acima.

6) (IESES - 2021 - Prefeitura de Gaspar - SC - Procurador Municipal - Edital nº 10 - Adaptada)

Assinale a alternativa INCORRETA, considerando os artigos 176 ao 179 da Lei Nº 5.172/66:

- a) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104.
- b) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria e aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- c) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- d) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de decreto que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- e) A isenção é uma causa de exclusão do crédito tributário.

7) (FGV - 2022 - MPE-GO - Analista Jurídico - Adaptada) A empresa ABC Roupas Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar para suspender a exigibilidade de créditos tributários referentes ao ICMS. Além dos referidos créditos tributários de ICMS, a empresa não tem qualquer outro débito tributário. Após alguns dias, precisou requerer certidão de regularidade fiscal para participar de licitação. À luz do Código Tributário Nacional, deverá ser a ela emitida uma

- a) Certidão Negativa.
- b) Certidão Positiva.
- c) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
- d) Certidão Negativa com Efeitos de Positiva.
- e) Certidão de Dívida Ativa.

8) (FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXIV - Primeira Fase – ADAPTADA) Pequenos produtores rurais do interior do Estado Alfa vendem sua produção de leite para uma indústria de laticínios localizada no Município Beta, no mesmo Estado. Por determinação em lei do Estado Alfa, fica atribuída a tal indústria a responsabilidade tributária pelo pagamento do ICMS vinculado ao fato gerador da etapa de circulação da mercadoria dos pequenos produtores rurais para a indústria (excluindo-se a responsabilidade dos contribuintes produtores rurais).

- a) A indústria é substituta tributária no âmbito de uma substituição tributária regressiva (substituição “para trás”).
- b) A indústria é substituta tributária no âmbito de uma substituição tributária progressiva (substituição “para frente”).
- c) A indústria realiza um fato gerador presumido.
- d) A indústria realiza um fato gerador fictício.
- e) Os pequenos produtores rurais gozam de imunidade tributária referente ao ICMS.

9) (CESPE/JUIZ FEDERAL/TRF 2ª REGIÃO – 2009 - ADAPTADA) Assinale a opção correta no que concerne ao fato gerador da obrigação tributária.

- a) As obrigações principais e acessórias estão sujeitas ao princípio constitucional da legalidade estrita.
- b) A obrigação do pagamento tributário decorre da adequação da situação fática (fato gerador) à previsão normativa abstrata instituidora do tributo, fenômeno denominado incidência tributária. As situações não previstas na norma abstrata correspondem à não incidência.
- c) O prazo e o local de pagamento do tributo devem estar definidos em lei.
- d) Em caso de guerra e calamidade pública, a lei tributária pode atingir “fatos geradores” ocorridos antes de sua publicação.
- e) A hipótese de incidência depende da origem lícita da renda auferida, máxime quando incidir sobre o lucro.

10) (VUNESP - 2020 - Câmara Municipal de Pindorama - SP - Procurador Jurídico - ADAPTADA) Com relação à restituição de tributos pagos indevidamente, assinale a alternativa correta.

- a) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- b) A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e da totalidade das penalidades pecuniárias pagas, inclusive as decorrentes da prática de crimes contra a ordem tributária.
- c) A restituição vence juros capitalizáveis a partir da cobrança indevida pelo fisco, nos termos da Súmula 188 do Superior Tribunal de Justiça.
- d) O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 3 (três) anos.
- e) A restituição do pagamento total ou parcial que o contribuinte julgar indevido depende de prévio protesto.

11) IESES - 2017 - TJ-RO - Titular de Serviços de Notas e de Registros - ADAPTADA) Com base no Código Tributário Nacional, assinala a alternativa correta sobre o Crédito Tributário e sua constituição

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- b) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei vigente na data do lançamento.
- c) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser revisto em hipótese alguma.

- d) A constituição do crédito tributário pelo lançamento não é de competência privativa da autoridade administrativa.
- e) O lançamento por declaração é aquele em que o sujeito passivo antecipa o pagamento do tributo mesmo antes de qualquer análise da administração tributária.

12) (ESAF/ATRFB - 2009 - ADAPTADA) De acordo como disposto no artigo 175 do Código Tributário Nacional, excluem o crédito tributário a isenção e a anistia. Sobre estas, comparadas a outros benefícios dos quais resultam renúncia de receita, podemos afirmar, exceto, que

- a) a isenção exclui o crédito tributário, ou seja, surge a obrigação mas o respectivo crédito não será exigível; logo, o cumprimento da obrigação principal, bem como das obrigações acessórias dela decorrentes, fica dispensado.
- b) no caso do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, permite-se ao Poder Executivo restabelecer, dentro dos limites legais, as alíquotas a qualquer tempo, sem a necessidade de edição de lei para tal finalidade.
- c) o efeito econômico da isenção assemelha-se ao do benefício fiscal da alíquota zero, sendo esta uma solução encontrada pelas autoridades fazendárias no sentido de excluir o ônus da tributação sobre certos produtos, temporariamente, sem o isentar.
- d) caso o tributo tenha sido instituído por lei complementar, a concessão de sua isenção tem de ser feita por meio de diploma legislativo de mesmo nível, ou seja, também por lei complementar.
- e) a anistia fiscal é capitulada como a exclusão do crédito (gerado pela infração) e não como extinção (caso de remissão), abrangendo apenas infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, salvo autorização expressa da lei.

13) Assinale a alternativa correta, considerando-se as disposições acerca das garantias e privilégios do crédito tributário

- a) As garantias do crédito tributário enumeradas pelo Código Tributário Nacional constituem rol taxativo.
- b) O bem de família pode ser penhorado na hipótese de débitos de IPTU.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário:
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, mesmo na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens

ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

- e) Se o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, não pode o juiz determinar a indisponibilidade de seus bens e direitos.

14) Em nosso sistema tributário, a diferença entre o contribuinte e o responsável tributário é que

- a) aquele responde pelos impostos e estes pelas taxas regularmente instituídas.
- b) este último somente responde nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação pelo contribuinte.
- c) este último é sempre uma pessoa física.
- d) somente o contribuinte pode impugnar a constituição do crédito tributário, mediante oferecimento de defesa fiscal.
- e) enquanto o contribuinte realiza o fato gerador, a responsabilidade deste último deriva exclusivamente da lei.

15) Em tema de exclusão do crédito tributário, é correto afirmar:

- a) A anistia abrange as infrações cometidas antes ou depois da vigência da lei que a concede, aplicando-se aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.
- b) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
- c) A anistia somente pode ser concedida em caráter geral e ilimitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo, porém com prazo certo e determinado.
- d) A isenção não pode, em qualquer caso, ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de violação do princípio da igualdade tributária.
- e) A exclusão do crédito tributário dispensa ilimitadamente o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

16) (ESAF/AFRFB – 2009 - ADAPTADA) Sobre a exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

- a) Nas modalidades de exclusão do crédito tributário, verifica-se a ocorrência do fato gerador, a declaração da obrigação tributária e a constituição do crédito tributário, porém, não subsiste a obrigação de pagamento.
- b) Para o CTN, a isenção é causa de não incidência tributária constitucionalmente qualificada.
- c) A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou

econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais.

- d) O Supremo Tribunal Federal, desde 2014, tem sinalizado mudança na sua jurisprudência, passando a admitir a aplicação do princípio da anterioridade quando revogada uma isenção.
- e) As isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, podem ser suprimidas por conveniência da Administração, tendo em vista o princípio da preponderância do interesse público, sem que o beneficiário faça jus a qualquer indenização.

17) (VUNESP - 2017 - TJSP - Juiz Substituto - ADAPTADA) Sobre a dação em pagamento, é correto afirmar que

- a) é instituto de direito civil acolhido pelo Código Tributário Nacional, como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens, no modo e condições estabelecidos em decreto do Chefe do Poder Executivo da pessoa jurídica de direito público credora.
- b) é instituto de direito civil acolhido pelo Código Tributário Nacional, como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens móveis e imóveis, no modo e condições estabelecidos em lei.
- c) instituto de direito civil acolhido pelo Código Tributário Nacional, como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens imóveis, no modo e condições estabelecidos pela lei.
- d) é instituto de direito civil não expressamente acolhido pelo Código Tributário Nacional, mas que pode ser admitido pela legislação específica dos entes tributantes como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens.
- e) é instituto de direito civil que não pode, em hipótese nenhuma, acarretar a extinção do crédito tributário, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, em razão do princípio licitatório.

18) (FGV - 2017 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXIV - Primeira Fase - ADAPTADA) João e Maria celebraram entre si contrato de locação, sendo João o locador e proprietário do imóvel. No contrato, eles estipularam que a responsabilidade pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel será de Maria, locatária. Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato será ineficaz entre as partes, pois transferiu a obrigação de pagar o imposto para pessoa não prevista em lei.
- b) O contrato firmado entre particulares não poderá se opor ao fisco municipal, no que tange à alteração do sujeito passivo do tributo.
- c) O contrato é válido e eficaz, e, por consequência dele, a responsabilidade pelo pagamento do tributo se tornará solidária,

podendo o fisco municipal cobrá-lo de João e/ou de Maria.

- d) No caso de o fisco municipal cobrar o tributo de João, ele não poderá ajuizar ação regressiva em face de Maria.
- e) As convenções particulares sobre imóveis podem ser opostas ao fisco desde que devidamente registradas no cartório do RGI competente.

19) (FGV - 2016 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXI - Primeira Fase - ADAPTADA) A Pessoa Jurídica ABC verificou que possuía débitos de Imposto sobre a Renda ("IRPJ") e decidiu aderir ao parcelamento por necessitar de certidão de regularidade fiscal para participar de licitação. Após regular adesão ao parcelamento e diante da inexistência de quaisquer outros débitos, a contribuinte apresentou requerimento para emissão da certidão positiva com efeitos de negativa. Com base nessas informações, o Fisco deverá

- a) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de extinção do crédito tributário.
- b) indeferir o pedido, pois a certidão somente poderá ser emitida após o pagamento integral do tributo em atraso.
- c) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- d) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de exclusão do crédito tributário.
- e) indeferir o pedido, já que a denúncia espontânea só é possível com o pagamento integral do imposto devido.

20) (FCC - 2015 - TCM-RJ - Procurador da Procuradoria Especial - ADAPTADA) Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, considere:

I. Existe presunção *iure et iure* de fraude à execução a alienação de bens após a citação do devedor no processo de execução fiscal.

II. A cláusula de impenhorabilidade de bens definida entre particulares não pode ser invocada na cobrança de crédito tributário.

III. O crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais, mas se decorrente de fato gerador ocorrido no curso do processo de falência são considerados extraconcursais.

IV. As multas tributárias não gozam da mesma preferência do crédito decorrente do tributo, ficando após os créditos quirografários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.